



**INSTITUTO DE HUMANIDADES
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

FRANCICLEUTO PEREIRA DA SILVA

**Desigualdade e desempenho no sistema educacional: um estudo de caso entre
estudantes concluintes do Ensino Médio da Escola José de Borba Vasconcelos,
município de Maracanaú/CE**

REDENÇÃO

2018

FRANCICLEUTO PEREIRA DA SILVA

**Desigualdade e desempenho no sistema educacional: um estudo de caso entre
estudantes concluintes do Ensino Médio da Escola José de Borba Vasconcelos,
município de Maracanaú/CE**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto de pesquisa do Curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientador(a): Profa. Dra. Janaina Lobo

REDENÇÃO

2018

FRANCICLEUTO PEREIRA DA SILVA

**Desigualdade e desempenho no sistema educacional: um estudo de caso entre
estudantes concluintes do Ensino Médio da Escola José de Borba Vasconcelos,
município de Maracanaú/CE**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto de pesquisa do Curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: ____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Orientador(a) e Presidente: Profa. Dra. Janaina Campos Lobo
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

Examinador(a) Interno:

Examinador(a) Interno:

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	5
2 JUSTIFICATIVA	7
3 DELIMITAÇÃO/PROBLEMA DE PESQUISA.....	9
4 OBJETIVOS	10
4.1 OBJETIVO GERAL	10
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	10
5 HIPÓTESE.....	11
6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
6.1 Exclusão no mundo escolar	12
6.2 O fracasso escolar	14
6.3 Currículo e escolarização	16
7 METODOLOGIA	18
REFERÊNCIAS.....	20

1. INTRODUÇÃO:

Diante do discurso meritocrático presente com grande força atualmente na sociedade brasileira (BARBOSA, 2014), o presente trabalho pretende identificar e analisar a correlação entre desigualdade e desempenho entre os alunos do 3º ano do ensino médio da Escola Estadual em Tempo Integral José de Borba Vasconcelos (EJBV), localizada no bairro Conjunto Industrial¹ no município de Maracanaú/CE. Trata-se da única escola pública de ensino médio deste bairro e abrange alunos tanto do município de Maracanaú como também de Fortaleza, por estar localizada numa área intensamente urbanizada na divisa entre os municípios de Maracanaú e Fortaleza.

A escola, por ter um aglomerado de alunos de ambas as cidades, conseqüentemente apresenta indivíduos com diferentes singularidades e condições sociais e culturais. Esses estudantes estão, assim, inseridos num ambiente que, para Nogueira & Nogueira (2002), deveria ser, a priori, uma instituição neutra, que difundiria um conhecimento racional e objetivo e que selecionaria seus alunos com base em critérios racionais. Desta forma, a escola deveria isentar-se das origens socioculturais de seus alunos e apresentar oportunidades iguais para que todos pudessem coexistir de forma justa no sistema de ensino (Nogueira & Nogueira, 2002).

Pensando nisso, no sentido que a escola não é neutra, mas reproduz desigualdades sociais, Pierre Bourdieu (1980) discutirá o conceito de capital cultural. Para o sociólogo, o capital cultural é:

“uma hipótese indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, relacionando o ‘sucesso escolar’, ou seja, os benefícios específicos que as crianças das diferentes classes e frações de classe podem obter no mercado escolar, à distribuição do capital cultural entre as classes e frações de classe” (BOURDIEU, 1998. p. 71.).

Nessa perspectiva, pondero que o sistema de ensino apresentado pelas escolas, de modo geral, pode atuar como mais um elemento direto para a reprodução das desigualdades. Ao não analisar a realidade sociocultural que os alunos estão inseridos e privilegiar conhecimentos em detrimento de outros, a escola estaria quebrando seu papel principal que é promover uma educação baseada no princípio de equidade.

¹ Localiza-se na cidade de Maracanaú/CE. Tal nome se dá por estar localizado dentro do chamado Distrito Industrial, região cuja criação foi especificamente pensada para implantação de diversas indústrias, embora atualmente haja uma grande concentração de casas na região.

Com base nisso, este trabalho visa identificar e analisar a relação entre a desigualdade, existente dentro da escola, e o desempenho dos alunos – objetivando fazer uma análise entre o desempenho escolar, o projeto educacional da instituição de ensino e a reprodução de desigualdades sociais. Tal investimento não é novidade no campo da Sociologia da Educação. Com bem frisou Grace de Paula (2012), o sistema de ensino e a organização da escola foram alvo de investigação, na medida em que pareciam promover a manutenção das desigualdades de desempenho escolar entre os sexos, cores/raças:

“O conjunto de estudos da sociologia das desigualdades nutre o debate sobre o fracasso escolar como manifestação ou sintoma da condição de escolarização das camadas populares que gera problemas como reprovação e abandono. Na verdade, as reprovações e os abandonos refletem maiores dificuldades desses estudantes na apropriação dos conhecimentos escolares.” (GRACE DE PAULA, 2012, p. 27).

A partir disso, tentaremos compreender como a escola pode sustentar desigualdades já existentes no meio social em que o estudante está inserido. Tal indagação veio de uma motivação pessoal, por ter sido um estudante que durante boa parte da minha trajetória escolar, mais especificamente a partir do ensino médio, percebeu que a escola de fato não é um ambiente completamente justo e não oferece oportunidades iguais para todos. Ao ser obrigado pelo sistema a ficar em casa apenas por não ter dinheiro para comprar um tênis preto exigido pela escola, comecei a me questionar sobre as dificuldades de permanência dos estudantes em uma escola pública, que deveria ser de acesso livre para todos. Seria este sistema uma forma de competição entre todos que desejam participar ou só entre aqueles que realmente têm condições sócio, cultural e econômicas para continuar? A educação para todos é de fato para todos? Até onde a escola ajuda para que os alunos permaneçam no sistema de ensino?

Este trabalho pretende contribuir na resolução dessas indagações, além de proporcionar uma visão acerca do atual modelo de ensino médio atual e de suas falsas promessas como sistema equânime. A meritocracia, tema bastante abordado para explicar o sucesso de uns e o fracasso de outros na sociedade, é uma das principais críticas apresentadas no decorrer deste trabalho.

2. JUSTIFICATIVA:

Em 10 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas lançou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), um conjunto de direitos básicos que garantem a cidadania para todos os seres humanos, independente de sua raça, classe, gênero ou outro tipo de marcador social. No artigo 26 deste documento, lê-se:

“Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito”.

Desta forma, o direito à educação seria, em princípio, um direito humano assegurado na carta da DUDH, visto que esta é uma das condições para se alcançar a cidadania. Todavia, a educação continua sendo, não só no Brasil, mas como em outros países, considerada um privilégio de classe. No Brasil, isso se dá pela má fama que a educação pública tem na sociedade. Anísio Teixeira (1957, p. 46) afirma que:

“Regulares e sistemáticas são as formas arcaicas de ensino pela 'exposição oral' e 'reprodução verbal' de conceitos e nomenclaturas, mais ou menos digeridos por simples 'compreensão', as quais dominam em boa parte a escola primária, e, esmagadoramente, a escola média, sobretudo a secundária, e a maior parte das escolas superiores.”
(TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957.).

A Constituição Federal Brasileira de 1988 afirma que a educação é um direito de todos os cidadãos do nosso país. No artigo 205 desta constituição, lê-se:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Todavia, nem todos os brasileiros tem acesso à educação e, os que tem, nem sempre recebem uma educação de qualidade, levando a população a acreditar que isso está intrinsecamente ligado aos altos índices de violência e corrupção existentes no país, como aponta uma pesquisa realizada em 2017 pela CNI (Confederação Nacional das Indústrias) em parceria com o movimento Todos Pela Educação com o tema Retratos da Sociedade Brasileira – Educação Básica. Tal posicionamento também é corroborado por Grace de Paula (2012):

“No Brasil, as desigualdades escolares são persistentes, porém se manifestam de formas diferenciadas. Se nas décadas de 60 e 70 a grande questão era o acesso, nas décadas de 80 e 90, quando ocorreu gradativa ampliação do acesso, chegando à quase universalização do ensino fundamental, persiste a desigualdade de permanência na escola

revelada nos significativos índices de repetência e evasão. A problemática da desigualdade na aprendizagem escolar remete-nos a causas históricas, socioeconômicas, políticas e institucionais com reflexos visíveis em todos os níveis de ensino.” (Grace de Paula, 2012, p. 27).

Pensando nisso, o questionamento da atual situação educacional do país tem sido abordado por diversos pensadores, como é o caso de Aranha (1996), Libâneo (1994) e o próprio Freire (1968). Assim, percebe-se que essa tese já vem há muito sendo estudada, e tais estudos comprovam o quanto o ambiente escolar vem gerando a desigualdade em detrimento da posição social, econômica e cultural dos seus alunos. Isso foi um dos principais estudos de Pierre Bourdieu (1970) ao abordar e sistematizar o capital cultural e a importância do mesmo na compreensão do desempenho escolar.

Desta forma, a tese exposta no começo deste projeto se concretiza: a educação não é somente um privilégio, mas também um sistema separatista que fortalece as desigualdades principalmente entre as diferentes classes sociais dos estudantes. Tentaremos compreender como isso é possível e como a escola é capaz de agregar todas as desigualdades entre os estudantes e afirma-las no ensino que é passado para eles, contribuindo, assim, com a área de estudo sobre desigualdades na escola e ajudando na criação de ideais conjuntos que possam contribuir para a erradicação ou redução de tais desigualdades.

3. DELIMITAÇÃO/PROBLEMA DE PESQUISA:

A desigualdade aqui citada é um problema que pode ser encontrado em diversas escolas não só do Brasil como do mundo. Entretanto, o foco principal desse projeto é analisar e compreender as desigualdades presentes na Escola de Ensino Médio em Tempo Integral José de Borba Vasconcelos (EJBV), a qual fiz parte e tenho certa noção quanto a este ambiente escolar. Esta é a única escola pública de ensino médio localizada no Conjunto Industrial, no município de Maracanaú/CE, e que recebe alunos tanto da cidade de Maracanaú, quanto de Fortaleza.

A EJBV é uma instituição que já passou por três modelos de ensino. O primeiro, assim que a escola foi fundada, tinha como objetivo abranger tanto o ensino fundamental como o ensino médio. O segundo modelo consistia em apenas abranger o ensino médio regular. O terceiro e último é o de ensino médio em tempo integral. Com apenas dois anos fazendo parte deste modelo de ensino, a escola se beneficia por interagir com os alunos em tempo integral e também por ser a única instituição pública de ensino médio do Distrito Industrial. Assim, a missão desta escola é poder colaborar para o desenvolvimento da comunidade, formando jovens no ensino médio para que os mesmos possam ser capazes de se inserir no mercado de trabalho ou ingressar em uma universidade.

Além de ser uma pressão muito grande para a escola, a mesma parece esquecer as origens dos estudantes. A escola pode ter seu papel fundamental como instituição formadora, mas o estudante precisa estar apto, tanto físico quanto psicologicamente, para esta formação. Em uma sociedade onde cada vez mais as classes baixas são excluídas e privadas de seus direitos, não é de se estranhar uma evasão escolar em grande escala desses jovens, como afirma os últimos dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Os dados revelam que 12,9% e 12,7% dos alunos matriculados na 1ª e 2ª série do Ensino Médio, respectivamente, evadiram da escola de acordo com o Censo Escolar entre os anos de 2014 e 2015. O 9º ano do ensino fundamental tem a terceira maior taxa de evasão, 7,7%, seguido pela 3ª série do ensino médio, com 6,8%. Considerando todas as séries do ensino médio, a evasão chega a 11,2% do total de alunos nessa etapa de ensino.

4. OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

- Compreender como as desigualdades, perpetradas no ambiente escolar, podem interferir no desempenho de estudantes.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar o cotidiano escolar da instituição José de Borba Vasconcelos (EJBV) e compreender como a escola pode ou não reiterar iniquidades;

- Discutir como a escola, neste caso, a José de Borba Vasconcelos (EJBV), reverbera, ou não, processos excludentes;

- Examinar os contextos históricos, socioeconômicos, políticos e institucionais que podem interferir na desigualdade da aprendizagem;

- Compreender como a educação também pode sustentar diferenças no que tange os processos de ensino-aprendizagem.

5. HIPÓTESE

Parto do pressuposto que a educação no Brasil ainda carece de análises críticas que ponderem sobre processos excludentes e assimétricos, visto que as escolas, através de modelos hegemônicos e, por vezes, sectários, parecem reproduzir lógicas que promovem desigualdades – afastando-se de um projeto de educação libertadora e equânime.

6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Visando compreender como a escola pode sustentar as desigualdades existentes dentro da própria instituição, o projeto aqui presente trará um levantamento bibliográfico de autores que estudaram o assunto, que há muito é tema de numerosas pesquisas ao redor do mundo.

Como este não é um problema existente em apenas um país específico, tampouco chega a ser um assunto dos dias atuais, traremos em nossa fundamentação autores de nacionalidades e épocas distintas, mas que demonstram ser de grande importância para o desenvolvimento do debate existente acerca das desigualdades no ambiente escolar.

6.1 Exclusão no mundo escolar

Como afirma Nogueira & Nogueira (2002), a escola, até os anos 60, era vista como a solução para desigualdades recorrentes na sociedade. Seria nesta instituição que todos, independente de sua condição social e cultural, teriam o acesso ao conhecimento e construiriam “uma nova sociedade, justa (meritocrática), moderna (centrada na razão e nos conhecimentos científicos) e democrática (fundamentada na autonomia individual)” (Nogueira & Nogueira, 2002). Entretanto, a partir dos anos 60, surgem questões acerca desta neutralidade e do discurso meritocrático propostos pela instituição escolar.

Coleman (1966) apresenta nos Estados Unidos uma pesquisa onde relacionava qualidade de educação e resultados escolares. Este foi o primeiro estudo a mostrar com clareza a intrínseca relação entre origem social e desempenho escolar. Coleman afirma ainda que a massa dominante na escola será sempre o modelo a ser seguido. Será essa massa que servirá de exemplo para o restante dos alunos e aqueles que não seguirem tal modelo estarão aptos a receberem represálias e, principalmente, a tornarem-se à margem da sociedade existente dentro da escola. Bourdieu (1989) chama isso de violência simbólica, causada pelo poder simbólico:

“A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante [...]; para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções.” (BOURDIEU, 1989, p. 10).

O poder simbólico, oculto no modo discursivo, contribui, assim, para a submissão de uma classe dominante sobre a outra, impondo seus valores sobre o restante

(BOURDIEU, 1989, p.7). Bourdieu compreende que a violência simbólica é praticada como a forma de colocar o poder simbólico em ação. Assim, o poder simbólico e a violência simbólica estão intimamente ligados e agem em conjunto para a desigualdade do ambiente em questão.

Nogueira e Nogueira (2002) afirmam que Bourdieu não só conseguiu identificar a relação existente entre a origem social com o desempenho final escolar do estudante como também concluiu que a escola não é um lugar de oportunidades iguais para todos os estudantes, mas sim “uma das principais instituições por meio da qual se mantêm e se legitimam os privilégios sociais” (Nogueira & Nogueira, 2002). A partir disto, a escola passa a ser vista como um ambiente de desigualdades, deixando de lado a ideia de que a escola seria, a princípio, uma instituição onde:

“indivíduos competiriam dentro do sistema de ensino, em condições iguais, e aqueles que se destacassem por seus dons individuais seriam levados, por uma questão de justiça, a avançar em suas carreiras escolares e, posteriormente, a ocupar as posições superiores na hierarquia social” (Nogueira & Nogueira, 2002, p. 16).

A partir disto, a ideia de que o esforço do estudante é o principal fator para o seu desempenho final, independentemente de sua realidade social, passa a ser questionado por diversos estudiosos da época e subsequentes a eles. Se antes a escola era vista como a salvação da sociedade, agora era duramente criticada por suas falsas promessas. Illich (1970) afirma que a escola é um sistema que se torna obrigatório para todos, mas a mesma não é moldada nesse sentido. Ele explica que tal instituição escolar foi à luta para a derrubada da educação feudal, mas ainda sim se comprometia em ser um símbolo de opressão, onde somente os já educados continuariam no processo de ensino (ILLICH, 1970).

Illich, assim como Freire (1968), sustenta a crítica sobre o papel da escola na sociedade, desmitificando o conceito de educação para todos. Ele compreende que a escola não é um ambiente para todos e que sua obrigatoriedade a torna opressora e não acolhedora, fazendo com que o aluno seja “«escolarizado» a confundir ensino com aprendizagem, obtenção de graus com educação, diploma com competência, fluência no falar com capacidade de dizer algo novo” (ILLICH, 1985). A escola, nesse sentido, contribuiria de forma direta para a permanência da classe dominante burguesa em suas posições de status, deixando aqueles que Illich chama de “os desqualificados” permanecerem no seu estado a que lhes é sujeito.

Freire (1968) ao criticar o modelo tradicional de ensino de sua época, chamado por ele de educação bancária, nos fez pensar em como a escola transformou suas promessas de igualdade e oportunidade em uma clara ditadura educacional. Assim, ele cria a pedagogia do oprimido, onde ele defende a autonomia tanto do estudante (ao questionar) quanto do professor (ao ouvir). Freire defende também que o analfabeto pode ser letrado e instruído a sair da exclusão que a sociedade e a própria escola o colocou. Ele afirma que a humanização é um fator preponderante para a formação da cidadania do indivíduo (FREIRE, 1968).

6.2 O fracasso escolar

Grace de Paula (2012) afirma que:

“A questão do fracasso escolar pode ser objeto de estudos da sociologia e ou da pedagogia. Na sociologia, busca-se compreender a função de reprodução e produção das desigualdades sociais e, na pedagogia trata-se do encontro do aluno com o saber, questão pouco abordada pela sociologia da reprodução.” (Grace de Paula, 2012, p. 32).

Segundo a autora, o fracasso escolar é fruto da desigualdade escolar. A escola, ao se tornar democrática e livre para todos por direito, se depara com questões socioculturais que adentram na realidade escolar dos estudantes (2012). Esse fracasso escolar, como afirma Carneiro, Martinelli e Sisto (2003), “é denunciado pelos altos índices de repetência e evasão, ocorridos nos últimos anos” (Carneiro, Martinelli e Sisto, 2003). Assim, ao se depararem com esse fracasso na vida escolar, os alunos acabam por desacreditar nos objetivos e promessas da escola, fazendo-os se sentirem incapazes e frustrados mediante tal desempenho na instituição escolar.

No contexto brasileiro, mesmo a escola tendo o papel de formar o indivíduo mais crítico e para o futuro profissional, sendo esta instituição de acesso gratuito e garantida por lei, a escola não consegue atender às necessidades dos alunos que esperam ser acolhidos pela mesma. Isso porque, assim como Bourdieu identificou nas escolas francesas da década de 70, as escolas brasileiras, que também seguem esse mesmo padrão das escolas europeias, contribuem para a exclusão daqueles que não se adequam a esse padrão. Como consequência disso, muitos cidadãos deixam de exigir e exercer seus direitos por nem sequer saberem de seus direitos e deveres. Como o próprio portal do Governo do Brasil explicita, o acesso à educação abre portas, mas a falta dela torna o

cidadão em um indivíduo sem qualquer participação na sociedade em que este se encontra:

“Todos os cidadãos têm direito à educação. Com ela, o brasileiro pode vislumbrar uma vida livre da pobreza e ter mais participação na sociedade, por meio da qualificação para o trabalho. Quem não tem nenhum acesso à educação não é capaz de exigir e exercer direitos civis, políticos, econômicos e sociais, o que prejudica sua inclusão na sociedade moderna.” (BRASIL, Governo do. Acesso à educação. 2009).

Como a evasão pode ser fruto do fracasso escolar (Carneiro, Martinelli e Sisto, 2003), o desencadeamento final por trás desse sistema tende a ser a própria falta de participação do indivíduo na sociedade, como menciona o próprio Governo do Brasil. Illich compreende que a escola não é moldada para todos, pois ela se concentra nos conteúdos das classes burguesas, que no começo detinham o acesso à educação para si. Mesmo depois de anos, mesmo a educação sendo um direito para todos, a escola preserva valores de exclusão e de desigualdades presentes em seu currículo. Silva (2010) afirma o currículo como o detentor da ordem estrutural das camadas sociais. Para o educador:

“o conhecimento como purificado no currículo carrega as marcas indelévels das relações sociais de poder. O currículo é capitalista. O currículo reproduz – culturalmente – as estruturas sociais. (...) O currículo transmite a ideologia dominante. O currículo é, em suma, um território político.” (SILVA, 2010, p. 147-148).

Ainda segundo Silva, tanto a escola como o próprio professor reforçam o que ele denomina de “indústria da reprovação” (SILVA, 2010). Estes se preocupam em manter seus altos status nesse mercado, mas acabam por exigir do aluno os resultados necessários para tal estabilidade. Silva (2010) compreende que a escola e o professor que seguem esse pensamento precisam “ser exigentes, preservar o alto nível, eliminar os medíocres, selecionar os "cobras" e assim valorizar sua disciplina, sua área e seu prestígio” (SILVA, 2010, p. 46). Os estudantes que não se adequam a esse sistema, os fracassados, são excluídos do ambiente escolar e sofrem com as consequências na sociedade.

Para Arroyo, essa cultura da exclusão, baseada no fracasso do indivíduo na escola, é um sistema existente desde a própria construção do processo de ensino. O educador afirma que o sistema educacional existe especialmente para excluir (ARROYO, 1992). Nas próprias palavras de Arroyo:

“A cultura do fracasso, tão presente em nosso sistema escolar, não está apenas no elitismo de alguns diretores, especialistas ou professores, nem sequer na rigidez das avaliações. Assim como uma contra-cultura do sucesso não será construída com a boa vontade de superar o elitismo ou a rigidez. Estamos sugerindo que essa cultura se materializou ao longo de décadas na própria organização da escola e do processo de ensino. No próprio sistema.” (ARROYO, 2010, p. 47)

Essa cultura do fracasso está, então, como cita Arroyo, intrinsicamente ligada ao modelo educacional existente na sociedade atual. A seleção daqueles que tem maior desempenho na escola é só mais uma das formas oculta de garantir o ensino educacional para as classes detentoras deste privilégio há anos (ILLICH, 1968).

6.3 Currículo e escolarização

Como afirma Althusser (1970), a escola é um aparelho ideológico do estado (AIE). O autor afirma que esta é uma das várias instituições presentes na sociedade onde a classe dominante transmite seus ideais (1970). Neste sentido, a escola não estaria fazendo nada mais do que apenas escolarizando os alunos, transformando-os em meros receptores de um conhecimento selecionado por classes burguesas.

Ao que diz respeito sobre o currículo da instituição escolar, Bobbitt (1918) afirma que as disciplinas curriculares se associam a uma questão puramente mecânica. Nessa perspectiva, o sistema educacional estaria conceitualmente atrelado ao sistema industrial, que, na época, vivia os paradigmas do Taylorismo, sistema de organização do trabalho proposto por Frederick Winslow Taylor. Dessa forma, o currículo era visto como uma instrução mecânica em que se elaborava a listagem de assuntos impostos que deveriam ser ensinados pelo professor e memorizados, ou simplesmente repetidos, pelos estudantes.

Quando Bourdieu (1970) afirma que a escola reproduz e reforça as desigualdades, questiona também para quem é, de fato, pensado o currículo que a escola propõe. Para o sociólogo, a instituição não lida com a origem sociocultural dos seus alunos e reforça as desigualdades entre os mesmos ao exigir conteúdos de fácil acesso para os que provêm de classes burguesas.

No contexto brasileiro, o debate sobre a íntima relação entre escola e desigualdades é constante. Freire (1968) reforça que, para que o professor possa compreender as reais dificuldades do aluno na escola, é preciso haver um diálogo entre

ambos para que o sistema educacional deixe de ser uma mera reprodução de ideias já formadas e consolidadas.

O conceito de escolarização entra, aqui, em questionamento. A instituição escolar, responsável pela competição justa e igualitária dos estudantes na obtenção de conhecimento para o avanço em suas carreiras escolares (Nogueira & Nogueira, 2002), aparenta propor apenas uma escolarização pós-colonial de sociedades com padrões eurocentradas, como friza Grilo (2017). Como cita a própria historiadora:

“o modelo de escolarização imposto ao mundo, que tem as suas bases profundamente ligadas à uma lógica de dominação e controle, no caso do Brasil e dos demais países colonizados, tem um agravante: a “herança senhorial” (CHAUI, 2000) advinda das relações coloniais, pois a Instituição Escolar, entre outros dispositivos, opera para o cumprimento de um projeto civilizatório.” (GRILO, 2017, p. 2).

Grilo também questiona sobre a qualidade da educação pública no Brasil, que comumente é classificada como péssima. Dentre os fatores que comprovem essa afirmação, ela cita:

“baixas notas nas avaliações externas, professores malformados, estrutura deficiente, alunos que não aprendem e que, portanto, estão fadados ao fracasso intelectual e profissional. Esses discursos muitas vezes partem de dados enviesados e não dialogam de forma direta com a realidade das unidades escolares e seus sujeitos.” (GRILO, 2017, p. 1).

O sistema falho de ensino, que obriga o estudante a aprender mas sequer o compreende individualmente (ILLICH, 1970), transparece tais falhas para a sociedade mas mesmo assim continua a propagar suas promessas e seus discursos falsos para que todos possam acreditar na farsa da educação para todos (ILLICH, 1970).

7. METODOLOGIA

Com o intuito de tentar compreender como a escola reforça a desigualdade entre os alunos, usaremos a pesquisa qualitativa por meio de questionário feito com os alunos concluintes da EJBV para assim compreendermos melhor o problema que estamos estudando. A partir da pesquisa qualitativa, esperamos produzir dados a respeito da intrínseca relação existente entre desigualdade e desempenho dentro no nosso ambiente de estudo, a EJBV. A importância deste tipo de pesquisa para o trabalho em questão é, para Neves (2015):

“de revelar os mistérios que permeiam o cotidiano escolar, identificando processos que, muitas vezes, devido ao fato de se tornarem parte da rotina de uma determinada realidade escolar, passam despercebidos pelos próprios envolvidos na pesquisa.” (Neves, 2015, p. 19).

Ainda segundo Creswell (2011):

“A pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve as questões e os procedimentos que emergem os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados.” (Creswell, 2011, p. 26).

Com o questionário, apontaremos uma pesquisa avaliativa das diferentes origens sociais dos estudantes e de seus agravantes na vida escolar, analisando os dados e comparando com os dados coletados na pesquisa bibliográfica. Mediante isso, traremos uma breve contextualização desses dados para a comprovação da tese.

Por sua vez, a pesquisa bibliográfica é baseada em materiais publicados em livros, artigos, dissertações e teses. Para Silva, Cervo e Bervian (2007), a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema.” A partir disto, abordaremos e estudaremos autores da área da nossa pesquisa para que o presente trabalho se fortaleça com estudos já realizados por esses autores.

Este trabalho se concentra em estudo de caso referente as desigualdades na escola. Para Yin (1994), este método de pesquisa tende a ser um dos mais utilizados por pesquisadores das ciências sociais. O autor pondera que:

“o estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos (...). Em resumo, o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos

da vida real - tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores.”

Assim, este método nos ajudará a compreender de forma mais clara como as desigualdades podem afetar o desempenho do estudante. Para tal, o estudo de caso será preponderante para nossa pesquisa, que contará com o questionário avaliativo das diferentes origens sociais dos estudantes a serem entrevistados.

REFERÊNCIAS:

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e os aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1970.

BARBOSA, Lívia. Meritocracia e sociedade brasileira. **Revista de Administração de Empresas**, [s.l.], v. 54, n. 1, p.80-85, fev. 2014. FapUNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/s0034-759020140108>.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

BRASIL, Governo do. **Acesso à educação**. 2009. Disponível em:
<<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/acesso-a-educacao>>. Acesso em: 23 out. 2018.

COLEMAN, J. S. et al. **Equality of education opportunity**. Washington: Office of Education and Welfare, 1966.

CRESWELL, W. John. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

EM ABERTO: Órgão de divulgação técnica do Ministério da Educação e do Desporto. Brasília: Ministério da Educação, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRILO, Juliana Froeder Alves. **Conflitos e resistências na escola: Uma análise sobre a escolarização e os processos de silenciamento dos estudantes na educação pública**. 2017. 10 f. Monografia (Especialização) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

ILLICH, Ivan. **Sociedade sem escolas**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

ILLICH, Ivan; GARJADO, Marcela. **Editado: Ivan Illich**. Recife: Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

NEVES, Miranilde Oliveira. A importância da investigação qualitativa no processo de formação continuada de professores: subsídios ao exercício da docência. **Revista Fundamentos**, Teresina, v. 2, n. 1, p.17-32, 2015.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. **A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições**. *Educ. Soc.* [online]. 2002, vol.23, n.78, pp.15-35.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. **Escritos de Educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. 251 p.

PAULA, Simone Grace de. **Desigualdades e desempenho escolar no processo de escolarização da juventude: uma análise contextual sobre a expansão do ensino médio na região metropolitana de Belo Horizonte**. 2012. 370 f. Tese (Doutorado) – Curso de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

SILVA, Roberto da; CERVO, Amado L; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**. 6 Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: Uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957.